

CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS E DA FEIRA DE ARTESANATO ARTE FLORIPA: UM EXEMPLO DE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE CO-PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO DA MOBILIZAÇÃO DAS FORÇAS DA SOCIEDADE CIVIL EM ORDEM AO FOMENTO DO ARTESANATO E GERAÇÃO DE RENDA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Clerilei Aparecida Bier¹
Pablo Procópio Martins²
Tatiane Amanda Simm³
Tatiana Gomes Carvalho Rocha⁴

¹ Doutora – Docente no curso de Administração Empresarial – ESAG/UDESC –
e2cab@udesc.br

² Acadêmico em Administração Empresarial – ESAG/UDESC -
pablopmartins@hotmail.com

³ Acadêmica em Administração Pública – ESAG/UDESC – tatysimm@gmail.com

⁴ Acadêmica em Administração Empresarial – ESAG/UDESC – e6tgcr@udesc.br

Resumo O presente trabalho pretende demonstrar as ações desenvolvidas no Projeto de Extensão MAGIARTE – Associação de Artesãos de Florianópolis, cujo objetivo principal foi o de consolidar um perfil institucional para a profissão de artesanato, através de ações organizadas que promovessem e dignificassem a atividade como importante geradora de ocupação e renda. A iniciativa foi direcionada como uma cooperação entre os setores público e privado em busca da realização do bem comum, especificamente a geração de renda para os artesãos e o fomento de atividades culturais voltadas ao artesanato. A análise dos dados foi qualitativa. Com base nos conceitos de redemocratização e de novas instituições do Terceiro Setor procurou-se mudar a realidade social das pessoas, atualmente não envolvidas nas relações de mercado, oportunizando novas alternativas com mais possibilidades da realização pessoal e, concomitantemente, em termos macro, uma sociedade com desenvolvimento auto-sustentável.

Palavras-chave Integração social. cooperação. associação de artesãos. extensão universitária.

IMPLEMENTATION OF PROPER AND PERMANENT SPACE FOR EXPOSITION AND SALE OF MAGIARTE ASSOCIATION'S CRAFTWORK

Abstract This work is to relate and analyze the actions developed through the extension project “Implementação de espaço próprio e permanente para exposição e venda de artesanato da associação MAGIARTE”, of the University of the State of Santa Catarina, have realized in the city of Florianópolis. The project dedicate to developed an activity of category of workmanship from Florianópolis, through create and structure one place (headquarters) to the Association Magiarte. The headquarters have served to association as one place to administrations meeting, as well as site of exposition and selling products produce to members of Magiarte. The participation of university students and the partnership with companies reflected the importance of one association non profited for understand to the state no execute yours originals functions, as resultant of a convergence of factors that involve: 1) The Third Sector as fundamental piece of actual world, and 2) The re-democracy, supply the need of one destitute community or one strong state. With base on concept re-democracy and of Third Sector, based on verify to a realy world with case of Association of workmanship great Florianópolis – MAGIARTE and on largeness of university extension.

Keywords Social integration. workmanship. association. university extension.

Introdução e Objetivos

Os últimos anos vem sendo marcados por diversas transformações no ambiente institucional: a globalização das economias; a transnacionalização das organizações; o surgimento de blocos econômicos regionais; a evolução na tecnologia e na informação; a gestão do conhecimento; a desmobilização dos sindicatos e dos movimentos trabalhistas; do Estado-Previdência; e a noção do bem-estar social.

A assunção de políticas neoliberais, entendidas estas, como políticas públicas que buscam a descentralização do Estado, a redução de sua influência no mercado, a privatização de serviços básicos, até então, oferecidos e a diminuição dos investimentos sociais (fomento de melhorias urbanas, etc.), passam a configurar a agenda internacional. Neste complexo de fatores, talvez o ponto principal, para a reflexão, é que a agenda estatal das necessidades humano-sociais dos cidadãos se alterou.

Há uma nova interdependência que fragiliza o conhecido modelo institucional de Estado-Nação no campo da política econômica e social, tornando quase compulsório e consensual o fortalecimento da sociedade civil, para compor um novo pacto e criar condições de governabilidade. A redução do papel do Estado, da sua capacidade em atender às necessidades básicas dos indivíduos, origina o debate sobre a reforma do Estado e, nela, a gestão do social. Movimentos sociais emergiram e emergem neste contexto, assumindo um papel protagonista na definição da agenda política dos Estados (FREITAS JR., 1997).

Criam-se organizações que se contrapõem ao poder político do Estado e ao poder econômico do Mercado, denominadas não governamentais. Estas organizações são a expressão de um novo protagonismo, o terceiro setor, o qual alarga a esfera pública e ao mesmo tempo descongestiona esta, pela fragmentação de demandas e interesses. As organizações que integram o terceiro setor, não fazem parte do Governo nem do mercado, mas se organizam para assumir o papel não exercido nem pelo Estado (primeiro setor) e nem pelas empresas privadas (segundo setor).

Fazem parte desta rede de organizações aquelas conhecidas como voluntárias, não governamentais, sem fins lucrativos, de economia solidária, etc., as quais contribuíram para uma reflexão nas últimas décadas, sobre o desenvolvimento de outros espaços para existência humana além do mercado, para a possibilidade de outra noção de racionalidade para guiar a existência humana e a gestão nas organizações.

Estas novas formas de organizações emergem na sociedade para prestar serviços, promover o desenvolvimento econômico, impedir a degradação ambiental e defender os direitos civis.

Desloca-se do Estado ou das religiões a hegemonia ou tutela dessas ações para as organizações autônomas não governamentais, denominadas, atualmente, de Terceiro Setor.

O Primeiro Setor, o público, passa a reduzir sua participação na sociedade e na economia; o Segundo Setor, privado, centra sua participação no mercado; e o Terceiro Setor, o público, porém privado, surge como alternativa para amenizar as questões sociais e econômicas, não atendidas mais integralmente pelo primeiro e segundo setor.

Para Carvalho (1995), são características do Terceiro Setor: idealismo de suas atividades, enquanto participação democrática, exercício da cidadania e responsabilidade social, e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Carvalho (1995) conceitua o Terceiro Setor como o conjunto de organismos, organizações ou instituições dotadas de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando seu aperfeiçoamento.

A emergência do Terceiro Setor, explica Ashley (2002), representa, em tese, uma mudança de orientação profunda e inédita no que diz respeito ao papel do Estado e do mercado e, em particular, à forma de participação do cidadão na esfera pública. Isto tem levado à aceitação crescente da ampliação do conceito de público como não exclusivamente sinônimo de estatal: Público não-estatal.

Os elementos ora apresentados fundamentam a introdução de novos conceitos no cenário brasileiro, oferecendo diferentes possibilidades, idéias e sistemas políticos, econômicos e sociais que utilizam diferentes tecnologias e práticas para a realização dos atores sociais e representam uma mudança de orientação profunda e inédita no que diz respeito ao papel do Estado e do mercado e, em particular, na forma de participação da sociedade civil organizada e do cidadão, na reorganização e redirecionamento das políticas públicas. Neste contexto, que, além da inserção de temas como economia Solidária e novo associativismo, nos defrontamos com a possibilidade de implementação de ações de co-produção de bens e serviços públicos, bem como da mobilização das forças da sociedade civil e Emancipação Social em ordem à obtenção de um ideal de participação e de incremento de novas formas de articulação e promoção do bem comum.

METODOLOGIA

Os projetos de extensão desenvolvidos pelo NIPE – Núcleo Integrado de Pesquisa e Extensão no CCA/ESAG/UEDESC têm sido pautados na pesquisa social aplicada, onde se busca não somente investigar conceitos, teorias e leis a respeito do assunto, mas sua aplicação imediata numa realidade circunstancial que envolve o problema (GIL, 1999). Considerando o objeto do projeto de extensão MAGIARTE, este se classifica como um estudo exploratório, descritivo e explicativo.

A estratégia de investigação utilizada para este projeto de extensão é o estudo de caso, que tem como característica a pesquisa qualitativa.

A população diretamente envolvida pelo objetivo deste estudo é constituída pelos artesãos pertencentes ao segmento de artesanato da grande Florianópolis.

ASSOCIATIVISMO E A CRIAÇÃO DA MAGIARTE

Partindo-se da premissa de que os atores sociais devem se articular localmente para operar com mais força e compromisso na formulação e execução de políticas concretas que fortaleça seus projetos de desenvolvimento social e econômico buscando uma maior participação nos espaços públicos de negociação, e que, este agir coletivo trará concomitantemente uma mudança cultural de parte dos atores sociais coletivos em busca de um maior comprometimento com a construção de uma sociedade justa e democrática, é que o Núcleo Integrado de Pesquisa e Extensão (NIPE/ESAG), iniciou a constituição de uma associação para abrigar os artesãos da grande Florianópolis, no intuito de que, ao fomentar o associativismo dos artesãos, fossem geradas possibilidades e alternativas capazes de satisfazer às necessidades de melhoria de qualidade de vida e de participação cidadã nas decisões que afetam sua vida.

Associativismo ou ação associativa é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de pessoas ou empresas para representar e defender os interesses dos associados e estimular o desenvolvimento técnico, profissional e social. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria. Existem diversos tipos diferentes de associação, entre elas estão: as de cunho filantrópico; de

moradores; de pais e mestres; em defesa da vida; culturais, desportivas e sociais; de consumidores; de classes; de trabalho; e centrais de compras. Em geral, como aspecto comum das associações, tem-se que todas pressupõem um conjunto de pessoas dispostas a organizar esforços para a realização de uma finalidade comum.

Segundo Albuquerque (2003), o associativismo se apresenta como um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que propõe a autonomia do nós, qualificando a cooperação entre as pessoas, porque baseia estas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo. Este modelo representa um novo paradigma formador de uma consciência de parceria e cidadania para a construção compartilhada, um espaço de participação, de decisão responsável e sustentável.

O associativismo surgiu já nos primórdios da humanidade, quando os homens se juntavam para caçar e prover as suas subsistências. Na era industrial se organizaram para fomentar o trabalho e enfrentar as dificuldades. Atualmente, na era globalizada, o associativismo está sendo praticado como forma de geração de emprego e renda.

As organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam, no sentido de fazer frente a naturais debilidades. O fomento do associativismo constitui, segundo Canterle (2005),

a perda angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às necessidades, interesses e vontades, e é o lugar dos debates, das iniciativas, dos acordos. A organização associativa instrumentaliza os mecanismos que dão concretude às demandas sociais e que fazem dos homens, com tempo e vagar, sujeitos de seu próprio destino, tornando-os mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local.

É neste sentido que esse artigo aborda a apresentação e a análise do Projeto de Extensão MAGIARTE, procurando demonstrar que uma das formas pela qual a Universidade pode praticar a extensão sustentada em uma sólida base teórica é através do associativismo, do fomento à economia solidária e, da geração de trabalho e renda.

No ano de 2003, foi criada a MAGIARTE – Associação dos Artesãos da Grande Florianópolis, com a finalidade de consolidar e valorizar a profissão do artesão e o desenvolvimento do artesanato, através de ações organizadas que promovessem e

dignificassem a atividade como importante geradora de ocupação e renda. A entidade foi criada com apoio e acompanhamento da equipe do projeto de extensão, dos alunos bolsistas e da coordenação do NIPE.

O projeto com os artesãos tinha como principais objetivos, informar aos artesãos sobre como constituir uma Associação e como geri-la, assegurando apoio jurídico, fiscal e técnico; estimular a entrada de novos membros, assim como estimular uma visão empreendedora; estabelecer planos de desenvolvimento interno; e atuar junto a órgãos públicos e privados de forma a ampliar seu espaço no meio do artesanato.

Após vários encontros que priorizaram o debate sobre o papel de uma associação para o fortalecimento dos interesses profissionais dos integrantes, bem como a projeção e benefícios para a comunidade, foram elaborados um estatuto e regimento interno para a categoria dos artesãos. A fundação da MAGIARTE – Associação dos Artesãos da Grande Florianópolis, consolidou-se em outubro de 2003. A partir da criação, surgiram diversos desafios ligados à promoção das atividades previstas: Espaço permanente para a venda e divulgação dos produtos artesanais;

- confecção de material de expediente em geral;
- realização de processos avaliativos para a entrada de novos membros na associação;
- elaboração e distribuição de jornal e informativos;
- criação de banco de dados com informações dos participantes;
- realizações de reuniões e organização das atividades da associação;
- obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e inscrição na Federação das Associações Profissionais de Artesãos de Santa Catarina (FAPASC); e
- desenvolvimento de outros projetos como uma grande Feira Única na cidade de Florianópolis.

A partir do fortalecimento da associação, surgiram outros desafios ligados à promoção das atividades previstas por ocasião de fundação da Magiarte, mais especificamente a implementação de uma grande feira de artesanato, a fim de propiciar a geração de renda e o fortalecimento do segmento artesanal da cidade, além de criar um novo espaço de congregação lúdica para os moradores de Florianópolis e de atração e visitação para os turistas.

Para atingir este objetivo específico da criação de uma grande feira de artesanato, gastronomia e Cultura na cidade de Florianópolis, a Associação Magiarte, com o suporte da equipe do NIPE/ESAG da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, inseriu-se como parceira a Associação Amigos do Parque da Luz – **AAPLuz**, responsável pela manutenção e proteção do Parque escolhido como local de realização da Feira.

Buscou-se ainda para a viabilização deste projeto, a incorporação de outros participantes no processo, entre eles a Secretaria de Desenvolvimento Social Trabalho e Renda do Estado de Santa Catarina, a Prefeitura da cidade de Florianópolis, e suas diversas secretarias, dentre as quais -IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, e o IGEOF – Secretaria de Geração de Oportunidade e Renda de Florianópolis, SUSP- Secretaria De Urbanismo E Serviços Públicos, FLORAM - Fundação Municipal Do Meio Ambiente, SETUR - Secretaria Municipal de Turismo, a Fundação Franklin Cascaes, bem como representantes do setor privado e de economia mista, como o SEBRAE (organização de economia mista de fomento e apoio as micro e pequenas empresas), a Tractebel Energia S.A. e o BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.

Co-Produção Do Bem Público No Processo De Formação Da Arte Floripa – Feira De Artesanato De Florianópolis.

Com a participação de todos os atores nomeados, viu-se a necessidade de dar continuidade ao projeto inicial, concentrando-se especificamente no desafio da criação e implementação da feira de artesanato. A criação de uma grande feira única na cidade de Florianópolis, além de suprir a necessidade de espaço para venda do artesanato local, propiciando a geração de renda e o fortalecimento do segmento artesanal da cidade, era uma importante medida também para que os membros da Magiarte e os demais artesãos de Florianópolis que viriam dela participar, propiciassem o desenvolvimento de uma identidade mais forte, uma vez que neste espaço, além de trocar idéias e planejar ações, os artesãos teriam o ensejo de buscar o fortalecimento e representatividade como categoria profissional.

Sem embargo, a idéia crucial deste novo desafio, qual seja, a criação de uma Grande Feira de Artesanato, Gastronomia, Arte e Cultura na cidade de Florianópolis foi

a de propiciar a geração de renda e o fortalecimento do segmento artesanal da cidade, além de criar um novo espaço de congregação lúdica, lazer e cultura para os moradores de Florianópolis, de atração e visitação para os turistas e de incentivar a revitalização do centro histórico da cidade e o próprio parque da Luz, onde finalmente decidiu-se por situar a grande feira.

A articulação de todos os atores mencionados no processo de formação da Feira de Artesanato, Gastronomia, Arte e Cultura de Florianópolis – ARTE FLORIPA, para lutar pela consecução do bem comum, não só de um coletivo específico, mas da sociedade como um todo, se traduz na efetiva promoção da co-produção do bem público, não só pelo estímulo à cultura ao se desenvolver o artesanato, como também pela política pública de geração de renda.

E neste sentido, faz-se necessário esclarecer de forma sucinta que o conceito de bem público adotado, abrange tudo aquilo que tenha valor econômico ou moral e seja suscetível de proteção jurídica (Meirelles, 2000, p.68). Já a co-produção refere-se “a uma mistura crítica de atividades prestadas por agentes e cidadãos para a provisão de serviços públicos” (Brudney; England, 1983, p. 59). Quando os cidadãos co-produzem ocorre a reunião de esforços voluntários dos indivíduos ou grupos para intensificar a qualidade e quantidade dos serviços recebidos.

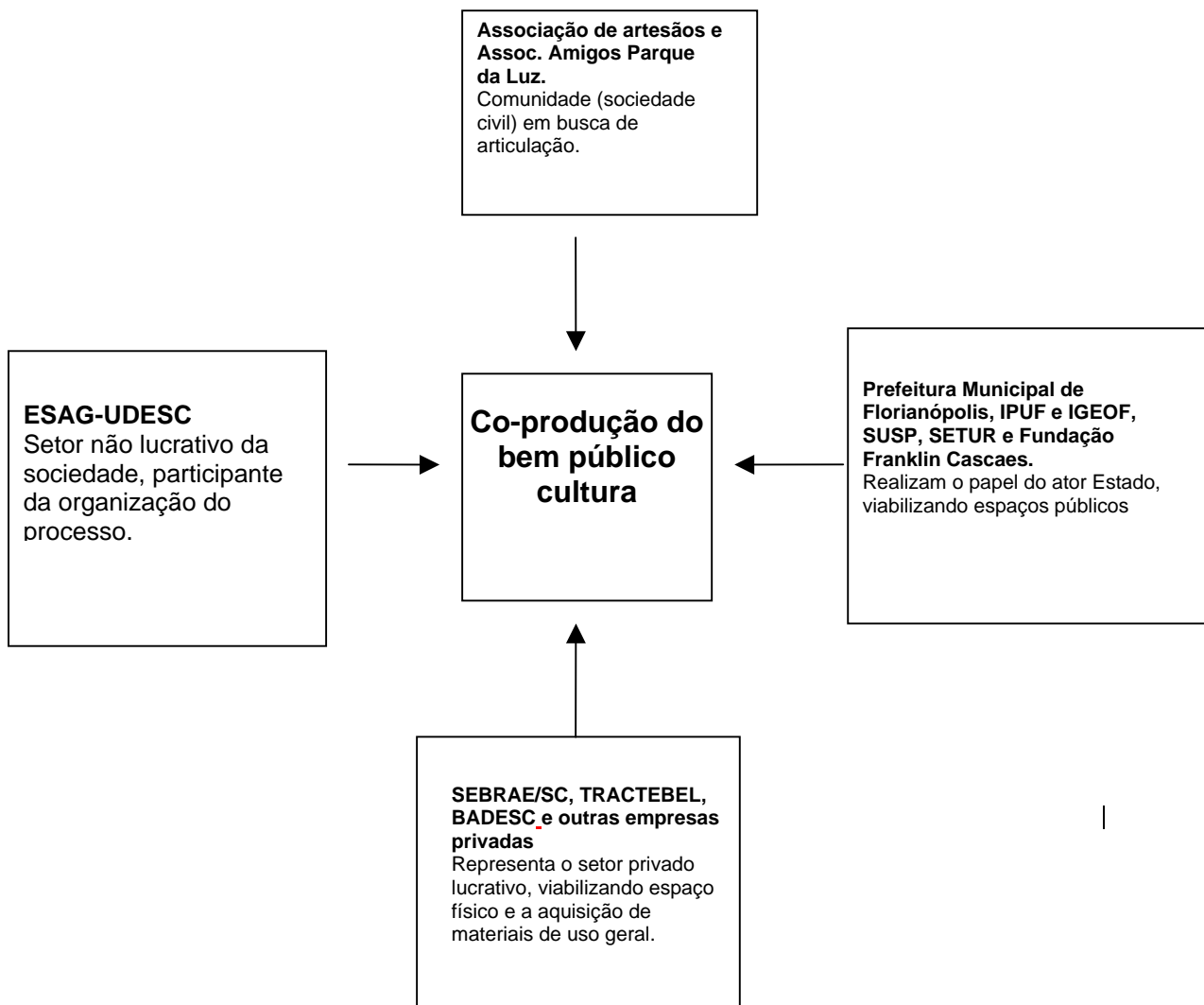
Na co-produção os agentes são envolvidos numa combinação de esforços produtivos no sentido de regular e consumir os bens e serviços. Seu diferencial, em termos de serviço público, reside no ativo envolvimento do público em geral, em especial daqueles que estão diretamente beneficiados por esses serviços. A co-produção é um conceito baseado sob a reorganização dos serviços públicos que são articulados como produtos para os cidadãos, dentro da contextualização do novo Estado, que deixa de ser o provedor solitário do bem público, para ser um Estado ativador, ou seja, aquele aciona e coordena outros atores da sociedade a produzir o bem público em conjunto consigo (Kissler, 2003, p.9-20).

A co-produção, enquanto alternativa para a produção de bens e serviços públicos, busca o bem comum, considerando seu caráter transcendental. Isso implica que uma comunidade, ou no caso deste artigo, um grupo de artesãos, pode se articular para lutar pelo seu bem comum, que pode ser diferente do bem comum do todo da sociedade. Ou seja, cabe aos indivíduos e grupos cooperar para a consecução do bem comum, sendo que este não deve ser contra o bem comum da sociedade. Ao contrário, ao promoverem o seu bem comum estão colaborando com o interesse de toda a sociedade, uma vez que

se identificam como exemplos associativos que deram certo, tanto sob o aspecto coletivo de realização de seus intentos associativos, como pelo aspecto difuso de promoção cultural, dando ensejo a novas iniciativas que agreguem os mesmos preceitos de forma compartilhada. .

O exemplo do projeto para a formação da Associação Magiarte e posteriormente da criação da Feira de Artesanato Gastronomia e Cultura de Florianópolis – ARTE FLORIPA, parte da necessidade de organização de uma categoria profissional, que somada as demais instituições participantes, promove, como já ressaltado, a co-produção do bem público, não só pelo estímulo a cultura ao se desenvolver o artesanato, como também pela política pública de geração de renda.

A continuação, sintetizamos através da figura abaixo, como se concretizou a co-produção do bem público - cultura e política pública de geração de renda - neste projeto.



A parceria de todas as instituições supracitadas, além do fortalecimento da Associação Magiarte, como instrumento de desenvolvimento do artesanato e da representatividade profissional dos artesãos como categoria profissional, traduziu-se na concretização do processo de co-produção do serviço público levado a termo neste projeto com a implementação da Feira de Artesanato, Gastronomia, Arte e Cultura de Florianópolis - ARTE FLORIPA, a qual desde a sua inauguração em 29 de janeiro de 2006, vem suprimindo a necessidade de geração de renda para um grande número de artesãos e suas famílias, bem como propiciando o incentivo ao desenvolvimento do turismo e a revitalização e sustentabilidade econômica e ambiental de um importante espaço público no centro de Florianópolis .

Considerações Finais

Uma sociedade baseada em princípios éticos e morais, que privilegiem o bem comum como regra, parece uma utopia. No entanto, muitas sociedades têm demonstrado que é possível uma vida mais justa e digna para todos.

As associações são uma alternativa de melhoria social e econômica para pessoas, na medida em que, através da união dos indivíduos, proporcionam o fortalecimento do grupo, para que possam concorrer no ambiente econômico na busca dos objetivos individuais através da atuação coletiva, resgatando o homem político e participativo para tornar-se mais uma alternativa de organização que contribua com o desenvolvimento econômico social do país.

O incentivo ao associado mobiliza os cidadãos de forma articulada e democrática, inserindo-os nas estruturas legais, proporcionando aos indivíduos isolados, juntar-se e fortalecer-se como classe, operando como atores sociais coletivos, capazes de participar na construção de novas alternativas de desenvolvimento econômico e social.

Por outro lado, as ações implementadas neste projeto, especialmente a articulação de todos os atores mencionados no processo de formação da Feira Arte Floripa, demonstrou que a co-produção do bem público, neste caso cultura, via desenvolvimento do artesanato, bem como com o fomento de uma política de geração de renda, não só é possível e viável, como fortalece os indivíduos e a sociedade na luta pelo bem comum, não só de um coletivo específico, mas da sociedade como um todo.

E neste diapasão, o envolvimento de Universidades com a construção de uma sociedade mais justa e democrática é de suma importância, por se tratar de instituições com um grande arcabouço de informações e que podem, através de seus projetos de extensão, oferecer novos paradigmas à sociedade onde está inserida, trazendo para seu espaço, o núcleo das discussões e reflexões que gerarão alternativas de desenvolvimento pessoal e social, de saberes e habilidades que promovam a justiça, a equidade, a dignidade e humanização da sociedade.

É crucial que as Universidades fomentem propostas e projetos capazes de proporcionar a melhoria de vida e a participação coletiva dos atores sociais, como o projeto tema deste artigo. É dever da Universidade formular políticas extensionistas que criem esse elo entre o teórico e o prático, entre o aluno e a comunidade, e que

promovam a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica gerada na instituição.

A busca por um processo educativo, cultural e científico que articule o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável e viabilize a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, aberta à participação da população, transformando-se num objetivo a ser alcançado.

Referências

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto et al. **Panorama do Cooperativismo brasileiro: História, cenários e tendências.** UniRcoop, v.1, 2, 2003. Disponível em: <<http://www.unircoop.org>>. Acesso em: 23 maio 2005.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei nº9.394 de 20 de novembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://grad.unifesp.br/alunos/cg/ldb/ldb.pdf>>. Acesso em: 21 de maio 2005.

BRUDNEY, Jeffery L., & ENGLAND, Robert E. "**Towards Definition of the Coproduction Concept,**" Public Administration Review, July/August. 1983.

CANTERLE, Nilsa Maria. **A prática associativa e seus atores no processo de desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/canales3/eco/pratiass.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2005.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão – o Nascimento das ONGs.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CORRÊA, Edison José. Extensão Universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão.** V1, nº1, jul./dez.2003

FREITAS JR., A. Rodrigues de. **Globalização, Mercosul e Crise do Estado Nação: Perspectivas para o Direito numa Sociedade em Mudança.** São Paulo: 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade social.** Instrumento de avaliação e planejamento para empresas. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2000.

KISSLER, Leo. (2003) "Kommunale Arbeitsmarkt- und Beschäftigungspolitik. Genese und Struktur eines neuen Politikfeldes". In: Kissler, Leo, & Elke Wiechmann (Orgs.). *Die Zukunft der Arbeit in den Städten*. Kommunale Bündnisse für Arbeit aus Akteurs- und Forschungssicht. Baden Baden.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.